

**Renovias Concessionária S.A.**

CNPJ/MF nº 02.417.464/0001-23

Relatório da Administração (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado e outra forma)

Senhores Acionistas, Concluindo 2019, a concessionária apresenta as atividades e projetos executados durante o ano. A Companhia registrou crescimento de 1,6% em relação ao ano de 2018 no fluxo de veículos equivalentes nos pedágios de sua malha viária. Os investimentos foram na ordem de R\$ 16,2 milhões, permitindo atender os parâmetros exigidos no Edital de Licitação, bem como cumprir o programa pactuado com Vossas Senhorias. Relacionamos abaixo os principais serviços executados. Entre as ações de engenharia, a concessionária realizou ao longo da malha viária a recuperação de pavimento em uma extensão de 8 quilômetros e foram implantadas defensas metálicas em 1,8 quilômetro. Foram recuperados 115.415 m² de faixas horizontais, colocadas 102.911 novas tachas refletivas e instaladas 37 placas, além da recuperação de 56 obras de arte especiais. Os investimentos nestes serviços de conservação especial somam em suas principais obras R\$ 11 milhões. Os investimentos em equipamentos, veículos e sistemas de controle (ITS) atingiram R\$ 5,2 milhões. A frota de veículos teve renovação, com a aquisição de um guincho pesado, um caminhão para o setor de obras e conservação, duas ambulâncias e substituições de sete inspeções de tráfego e de veículos administrativos. O Sistema de Ajuda ao Usuário realizou as seguintes quantidades de atendimentos durante o ano: inspeções de tráfego - 13.668; socorros mecânicos - 24.348; serviços de guincho - 14.990; primeiros socorros - 1.895 e serviços de irrigadeira - 774. Como destaque financeiro, foram distribuídos aos acionistas dividendos no montante de R\$ 162 milhões, devidamente aprovados em RCA (Reunião do Conselho da Administração), da seguinte forma: 29/03/2019 - R\$ 40 milhões de dividendos adicionais propostos de 2018; 26/04/2019 - R\$ 22 milhões de dividendos adicionais propostos de 2018; 21/10/2019 - R\$ 100 milhões de dividendos intermediários de 2019. A Renovias acredita em seus profissionais, no potencial de cada pessoa e na força do trabalho em equipe. Através de sua política de gestão de pessoas, com foco na plena satisfação dos usuários como principal forma de obter a sustentabilidade do negócio, a Companhia proporcionou em 2019 a capacitação de 635 profissionais. Foram 13.301 horas de treinamentos realizados, distribuídas em diversas capacitações realizadas ao longo do ano, com os seguintes destaques: workshop de gestão de pessoas, Programa de Integridade e Conformidade, PMI, bem como treinamentos para as equipes operacionais sobre combate a incêndio, brigada de emergência e direção defensiva. O ano de 2019 foi de muitas conquistas para a Renovias. No mês de março, a concessionária foi eleita a melhor do Estado de São Paulo na opinião dos usuários das rodovias, de acordo com pesquisa realizada pela Artesp. Além de vencedora na categoria Escolha do Usuário, a Renovias também ficou em primeiro lugar na categoria Melhorias nas Rodovias e alcançou a segunda colocação em Eficiência dos Serviços Operacionais. A 23ª Pesquisa CNT de Rodovias, realizada pela Confederação Nacional de Transportes, também confirmou a qualidade de nossas rodovias, elegendo a Rodovia

Governador Ademar Pereira de Barros (SP-340) como a melhor ligação rodoviária do país. Além da primeira colocação, as outras quatro rodovias administradas pela Companhia (SP-215, SP-342, SP-344 e SP-350) também estão classificadas entre as 20 melhores ligações rodoviárias do país. As premiações demonstram o comprometimento da Companhia com a segurança e o conforto dos usuários que trafegam pela malha viária da Renovias, e que trazem ainda muitos benefícios para os municípios abrangidos pela malha viária e impactam positivamente em toda a comunidade. Durante todo o ano, a concessionária promoveu campanhas para alertar os motoristas quanto ao respeito às leis de trânsito com o foco de reduzir os acidentes nas rodovias. A Campanha de Segurança 2019, que integra o Programa de Redução de Acidentes (PRA), foi realizada durante todo o ano, com ações em várias cidades da malha viária e com a implantação de 31 faixas em diversos pontos das rodovias. O material chama a atenção dos usuários para os principais tipos de infrações e destaca que, ao longo das rodovias, há fiscalização constante realizada pela Polícia Militar Rodoviária. Em novembro, mais de 150 pessoas acompanharam um simulador de acidente envolvendo o transporte de produto perigoso, realizado pela Renovias na Rodovia Deputado Mário Beni (SP-340), em Mogi Guaçu. As equipes envolvidas no atendimento, compostas pela Renovias, Corpo de Bombeiros de Mogi Guaçu, Brigada de Incêndio de Mogi Mirim, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) de Mogi Guaçu, Defesa Civil de Mogi Guaçu, Polícia Militar Rodoviária, Transportadora Lotrans e Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) realizaram a simulação como se fosse uma ocorrência real, contribuindo para o treinamento dos colaboradores. A preocupação com a saúde e o meio ambiente também é uma prioridade para a Renovias. No início de 2019, um mutirão contra a dengue foi realizado, recolhendo 2,6 toneladas de materiais, que poderiam servir como criadouros do mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue, zika vírus e chikungunya. Todos objetos recolhidos foram encaminhados para cooperativas de reciclagem. Ações de limpeza, às margens das rodovias, acontecem frequentemente, evitando assim o acúmulo de água e a proliferação da doença. Outra ação realizada foi a Operação Corta Fogo, com o objetivo de evitar focos de incêndio nas margens das rodovias entre junho e setembro, período com maior incidência de casos de queimadas. Os profissionais que trabalham nas inspeções de tráfego dispõem de abafadores para iniciar o combate a pequenos focos de incêndio. Quando necessário, os caminhões de combate a princípio de incêndio foram acionados para realizar o combate ao fogo. Frases nos painéis instalados na rodovia SP-340 foram inseridas alertando os motoristas para não atirar bitucas de cigarros às margens das rodovias e não soltar balões. O compromisso da Companhia com o meio ambiente é transmitido aos colaboradores. Com a finalidade de estimular a mudança de atitude em relação ao consumo de copos plásticos descartáveis, a Renovias implementou, em julho, uma

série de medidas. Com isso, em setembro de 2020, a Companhia deverá alcançar a marca de 1 milhão em redução no consumo de copos plásticos. Para 2020, a meta da Renovias é reduzir ainda mais a utilização, chegando em 95% em relação ao consumo no ano de 2018. A troca de mais de 360 refletores de iluminação por lâmpadas de LED, também trouxe - e vem trazendo - bons resultados à concessionária. Com o novo sistema de iluminação, implantado nas praças de pedágio, sede administrativa, Área de Descanso, passarelas, bases da Polícia Militar Rodoviária e do Sistema de Ajuda ao Usuário (SAU), cerca de 8% no consumo de energia está sendo reduzido, o que corresponde a um valor aproximado de 13.760 KWh por mês. Essa redução daria para abastecer 87 residências, considerando que o consumo médio de energia nas residências brasileiras é de 157 KWh por mês. Além da redução do consumo, as novas lâmpadas LED têm maior vida útil e reduzem a emissão de dióxido de carbono. Por meio da Campanha Bate Coração, que integra o Programa Saúde do Caminhoneiro, foram realizados atendimentos a 637 motoristas em três etapas. A Campanha já promoveu quase 23 mil consultas desde que foi iniciada em 2002. Foram oferecidos gratuitamente aos usuários consulta médica e orientações sobre doenças arteriais coronárias, bem como são realizados eletrocardiograma, teste de glicemia e aferição de pressão arterial. As comunidades abrangidas pela malha viária da concessionária foram diretamente beneficiadas. A Renovias repassou, no ano passado, R\$ 1,5 milhão para projetos e entidades assistenciais. Os aportes foram realizados por meio da Lei de Incentivo à Cultura, além dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Idoso. A Campanha Ecolacre, que consiste na reciclagem de lacres de alumínio e doação de cadeiras de rodas, manteve o sucesso em 2019. A concessionária terminou o ano totalizando a entrega de 730 cadeiras de rodas para entidades de diversas regiões. Foram 130 unidades doadas durante o ano, todas viabilizadas através da troca por lacres de latas alumínio. **1. Considerações Finais: 1.1. Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes. **1.2. Cláusula Compromissória:** A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Comércio Brasil-Canadá, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social. Mogi Mirim, 23 de março de 2020. A Administração.

Demonstrações financeiras dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	161.621	151.646
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11.375)	(3.746)
Apropriação de despesas antecipadas	15.673	11.579
Depreciação e amortização	61.501	58.756
Depreciação - arrendamento mercantil	138	-
Baixa do ativo imobilizado e intangível	97	86
Capitalização de custo de empréstimos	(58)	(179)
Juros e variação monetária sobre debêntures	4.834	8.211
Constituição da provisão de manutenção	-	383
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	172
Provisão (reversão) para perdas esperadas - contas a receber	3	(17)
Provisão para riscos civeis, trabalhistas e previdenciários	3.777	1.451
Juros sobre impostos parcelados	105	133
Reversão do ajustes a valor presente do arrendamento mercantil	8	-
Atualização monetária sobre riscos civeis, trabalhistas e previdenciários	413	882
	75.116	77.711

Variações nos ativos e passivos

(Aumento) redução dos ativos
Contas a receber (1.575) (581)
Tributos a recuperar (35) (31)
Despesas antecipadas, depósitos judiciais e outras (451) 3.028
Pagamento antecipado relacionado à concessão - (2.248)

Aumento (redução) dos passivos
Fornecedores 1.006 (2.148)
Fornecedores - partes relacionadas 5 4
Obrigações sociais e trabalhistas (331) (260)
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social 86.853 77.285
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social (80.435) (76.035)
Realização da provisão de manutenção - (9.162)
Pagamento de provisão para riscos civeis, trabalhistas, previdenciários e tributários (2.288) (2.303)
Outras contas a pagar (1.230) 1.942

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais **238.256 218.848**

Fluxos de caixa das atividades de investimentos
Aquisição de ativo imobilizado (4.713) (3.708)
Adições ao ativo intangível (1.690) (444)
Aplicações financeiras líquidas de resgate (15.398) 16.574
Outros de ativo imobilizado e intangível 194 -

Caixa líquido (usado nas) provenientes das atividades de investimento **(21.607) 12.422**

Fluxos de caixa das atividades de financiamento
Debêntures
Pagamento de principal (50.000) (27.567)
Pagamento de juros (4.497) (12.629)
Dividendos pagos aos acionistas controladores (161.646) (195.964)
Arrendamento mercantil
Pagamento de principal (144) -

Caixa líquido usado nas atividades de financiamento **(216.287) (236.160)**

Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa **362 (4.890)**

Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa
No início do exercício 2.845 7.735
No final do exercício 3.207 2.845
362 (4.890)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	161.621	151.646
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	161.621	151.646
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

SP-342, SP-344, e SP-350, entre Campinas e o Sul de Minas Gerais, com extensão total de 345,6 km. O contrato de concessão foi assinado em 14 de abril de 1998, com o prazo de 240 meses a contar dessa data. Em 21 de dezembro de 2006, através de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o prazo da concessão foi prorrogado em 50 meses, totalizando 290 meses. O prazo do contrato de concessão encerra em junho de 2022. O Poder Concedente transferiu à Companhia os imóveis e demais bens que estavam em seu poder até a assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade desta zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedi-

continua

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo Circulante	Nota	2019	2018
Circulante				Nota			
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.207	2.845	14	24.941	49.672	
Aplicações Financeiras	6	31.724	16.326		5.392	4.386	
Contas a receber	7	23.156	21.584	10	192	187	
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	15.672	15.672		6.417	6.748	
Tributos a recuperar		502	467	13	77	-	
Despesas antecipadas e outras		1.391	1.267		3.798	3.539	
Total do ativo circulante		<u>75.652</u>	<u>58.161</u>		1.053	1.017	
Não circulante					42.220	35.025	
Realizável a longo prazo					855	2.047	
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	22.202	37.875		<u>84.945</u>	<u>102.621</u>	
Depósitos judiciais e outros		995	668				
		<u>23.197</u>	<u>38.543</u>				
Imobilizado	11	14.971	16.918	Passivo não circulante			
Intangível	12	142.560	196.118	14	-	24.932	
Intangível em construção	12	410	236		1.401	2.368	
Direito de uso de arrendamento	13	75	-	8b	13.673	25.048	
Total do ativo não circulante		<u>181.213</u>	<u>251.815</u>	15	5.178	3.276	
Total do ativo		<u>256.865</u>	<u>309.976</u>		<u>47</u>	<u>85</u>	
					<u>20.299</u>	<u>55.709</u>	
				Patrimônio líquido	16a	75.000	75.000
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Capital social	16c	15.000	15.000
				Reservas de lucros	16d	61.621	61.646
				Dividendo adicional proposto		<u>151.621</u>	<u>151.646</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>256.865</u>	<u>309.976</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>256.865</u>	<u>309.976</u>

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 01 de janeiro de 2018	75.000	15.000	60.000	45.964	-	195.964
Distribuições de dividendos intermediários em 30 de janeiro de 2018	-	-	(15.000)	-	-	(15.000)
Distribuições de dividendos adicionais propostos em 27 de fevereiro de 2018	-	-	-	(15.000)	-	(15.000)
Distribuições de dividendos adicionais propostos em 26 de março de 2018	-	-	-	(23.000)	-	(23.000)
Distribuições de dividendos adicionais propostos em 28 de abril de 2018	-	-	(12.036)	(7.964)	-	(20.000)
Distribuições de dividendos adicionais propostos em 29 de maio de 2018	-	-	(15.000)	-	-	(15.000)
Distribuições de dividendos adicionais propostos em 28 de junho de 2018	-	-	(17.964)	-	-	(17.964)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	151.646	151.646
Destinações:						
Distribuições de dividendos em 26 de outubro de 2018	-	-	-	-	(80.000)	(80.000)
Distribuições de dividendos em 17 de dezembro de 2018	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	61.646	(61.646)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>75.000</u>	<u>15.000</u>	<u>-</u>	<u>61.646</u>	<u>-</u>	<u>151.646</u>
Distribuições de dividendos adicionais propostos em 29 de março de 2019	-	-	-	(40.000)	-	(40.000)
Distribuições de dividendos adicionais propostos em 23 de abril de 2019	-	-	-	(21.646)	-	(21.646)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	161.621	161.621
Destinações:						
Distribuições de dividendos intermediários em 14 de outubro de 2019	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	61.621	(61.621)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>75.000</u>	<u>15.000</u>	<u>-</u>	<u>61.621</u>	<u>-</u>	<u>151.621</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	17	425.337	407.559	Contribuições a sindicatos e associações de classe		(635)	(679)
Custos dos serviços prestados				Ressarcimento ao usuário		(753)	(1.565)
Custo de construção	(1.242)	(972)		Provisão (reversão) para perdas esperadas		(3)	16
Serviços	(25.429)	(20.092)		Provisão para riscos civeis, trabalhistas e previdenciários		(1.902)	(21)
Custo da outorga	(29.626)	(31.323)		Água, luz, telefone, internet e gás		(365)	(507)
Depreciação e amortização	(60.260)	(57.318)		Impostos, taxas e despesas com cartório		(456)	(449)
Custo com pessoal	(27.495)	(27.925)		Outros		(646)	(641)
Provisão de manutenção	-	(383)				(23.816)	(24.504)
Materiais, equipamentos e veículos	(8.458)	(8.382)		Outros resultados operacionais		229	195
Outros	(3.103)	(3.256)		Resultado antes do resultado financeiro		246.137	233.599
		<u>(155.613)</u>	<u>(149.651)</u>	Resultado financeiro	18	(3.518)	(6.725)
Lucro bruto		<u>269.724</u>	<u>257.908</u>	Lucro operacional e antes do imposto de renda e contribuição social		242.619	226.874
Despesas operacionais				Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	(80.998)	(75.228)
Despesas gerais e administrativas				Lucro líquido do exercício		<u>161.621</u>	<u>151.646</u>
Despesas com pessoal	(8.195)	(9.054)		Lucro líquido por ação - básico e diluído		<u>2.15495</u>	<u>2.02195</u>
Serviços	(7.343)	(7.106)					
Materiais, equipamentos e veículos	(592)	(780)					
Depreciação e amortização	(1.379)	(1.438)					
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros	(1.547)	(2.280)					
		<u>(26.156)</u>	<u>(25.988)</u>				
Lucro líquido do exercício		<u>161.621</u>	<u>151.646</u>				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Renovias Concessionária S.A. ("Renovias" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Rodovia SP-340 - Governador Dr. Ademar Pereira de Barros, km 161, Pista Sul, Bairro Sobradinho, na Cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objetivo específico a exploração de rodovias, sob o regime de concessão, mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. A Companhia é responsável por reparar, ampliar, conservar, manter e operar as rodovias SP-215, SP-340,

dos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias. **Bens reversíveis:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão. **Outras informações relevantes:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles: **i. Termo Aditivo Modificativo nº 13/06:** Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Companhia solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 13/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a Companhia foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso, por decisão da ARTESP, até que, com a retomada da fluência do prazo, a Companhia, em 13 de maio de 2013, apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 09 de janeiro de 2014, a Companhia apresentou suas alegações finais. Em 19 de fevereiro de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia, que tramitam sob sigilo de justiça. O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1007766-40.2014.8.26.0053 contra a Companhia pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 13/06. A Companhia ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1008352-77.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 13/06. Reconhecia a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento no 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Tendo sido deferida a realização de perícia econômica para dirimir a controvérsia de ambas as ações, o perito designado pelo juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo apresentou, em 27 de setembro de 2016, laudo pericial favorável às alegações da Companhia. Em 14 de março de 2017, a Companhia apresentou alegações finais. Em 18 de julho de 2017 foi proferida sentença julgando procedente a ação proposta pelo Estado de São Paulo e a ARTESP e improcedente a ação proposta pela Companhia. Em 02 de agosto de 2017, a Companhia opôs embargos de declaração, que foram rejeitados em 29 de agosto de 2017. O Estado de São Paulo e a ARTESP também apresentaram embargos de declaração, em 10 de agosto de 2017, os quais foram acolhidos, em 29 de agosto de 2017, para corrigir pequeno erro material. Em 18 de setembro de 2017, a Companhia apresentou recurso de apelação. Em 21 de maio de 2018, o Estado de São Paulo e a ARTESP requereram a concessão de tutela provisória de urgência para que seja permitida a realização dos autos e necessários para a preparação e conclusão de certame licitatório para a exploração de serviço público da malha rodoviária atualmente explorada pela Companhia. Em 08 de junho de 2018, a Companhia apresentou seus argumentos contra o referido pedido de tutela de urgência pleiteado pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP. Em 29 de novembro de 2018, foi proferida decisão que indeferiu a tutela de urgência requerida pelo Estado e pela ARTESP. Aguarda-se o julgamento do recurso de apelação. A Companhia propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019867-63.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 30 de outubro de 2014, foi proferida sentença julgando a ação parcialmente procedente. Em 26 de janeiro de 2015, a Companhia interps recurso de apelação. O Estado de São Paulo e a ARTESP, em 29 de abril de 2015, também interpuseram recurso de apelação. Em 26 de junho de 2018, na sessão de julgamento, foi negado provimento à apelação da Companhia. Em 17 de setembro de 2018, a Companhia opôs embargos de declaração, cujo julgamento foi iniciado na sessão de 10 de setembro de 2019, não tendo sido concluído até o momento. Em 02 de outubro de 2019, o Estado de São Paulo e ARTESP também opuseram recurso de embargos de declaração, que aguarda julgamento. Em 04 de dezembro de 2019 foi publicado o acórdão do julgamento que rejeitou os embargos de declaração da Renovias e deu parcial acolhimento aos embargos de declaração da ARTESP. Em 11 de dezembro de 2019, a Companhia opôs novos embargos de declaração, que aguardam julgamento. **ii. Reajuste Tarifário de 2013:** O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013; e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Companhia, de 1,5% sobre a receita bruta. Ocorre que, as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro que as Concessionárias suportaram pelo não repasse, aos usuários, do reajuste tarifário definido em 2013. Por essa razão, a Companhia, em 15 de dezembro de 2017, propôs ação de procedimento ordinário nº 1060269-33.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da ausência de reajuste da tarifa de pedágio em 2013 e parcial em 2014. A ação encontra-se em fase de instrução. **iii. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio:** Em 5 de janeiro de 2013, a CCR divulgou fato relevante ao mercado, informando que foram celebrados, em 15 de dezembro de 2011, os Termos Aditivos Modificativos (TAMs) aos Contratos de Concessão entre a ARTESP e a Renovias Concessionária S.A. (Renovias) - Contrato de Concessão nº 004/CR/1998 e TAM nº 19/2011. Referidos TAMs tinham como objeto (i) a alteração do índice de reajuste das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão, de Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); e (ii) o estabelecimento do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao índice original do contrato (IGP-M) e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário (IPCA). Em 29 de junho de 2015, foram celebrados Termos de Retirratificação aos TAMs celebrados, com o objetivo de: (i) adotar como índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecer o procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração. Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor das concessionárias, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pelas concessionárias e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, na forma prevista no anexo 4 do edital de licitação. O procedimento de revisão contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração do índice de reajuste da tarifa de pedágio deve ser realizado, tendo em vista os montantes de desequilíbrio apurados anualmente, mediante processo administrativo específico instaurado pela ARTESP no mês de julho, a cada dois anos de vigência deste instrumento, periodicidade que poderá ser alterada de comum acordo entre as partes, a partir do 5º ano. Ante a demora da ARTESP na instauração e implementação do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a Companhia, em 12 de maio de 2017, ajuizou ação de procedimento ordinário nº 1018929-12.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período. Em 25 de junho de 2018, foi proferida sentença de extinção do processo sem julgamento de mérito. Contra essa sentença, a Companhia apresentou recurso de apelação em 26 de setembro de 2018, que aguarda julgamento. Em 19 de fevereiro de 2019, foi publicado acórdão que deu provimento ao recurso de apelação da Companhia para determinar a anulação da sentença e o retorno dos autos à primeira instância. Em 05 de abril de 2019, foi certificado o trânsito em julgado do acórdão e os autos foram remetidos à primeira instância. Em 26 de agosto de 2019, após o recebimento dos autos em primeira instância, foi proferido o despacho que deferiu a produção de prova pericial e determinou apresentação de determinados documentos por parte do Estado de São Paulo e da ARTESP. O processo segue na fase de instrução. Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão. As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes deste processo, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Receitas de contratos com clientes É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As receitas de pedágio, são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

b) Instrumentos financeiros: • Classificação: A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Os ativos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR: • São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR. Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um escasseamento contábil que de outra forma surgiria. • Mensuração e desreconhecimento: **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como a produção de lucro, se houver. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos

fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado. **Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo do novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado. A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado. **Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR:** Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. • Aplicações financeiras: Refere-se a investimentos financeiros com vencimento original superior a três meses ou com vencimento inferior a esse prazo, porém sem previsão de utilização nesse período. **d) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **e) Ativo imobilizado:** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **f) Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefício econômico estimada. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item "m". Os ativos em fase de construção são classificados como Intangível em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou - Contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detida, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **h) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **i) Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **j) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **k) Benefícios a empregados:** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **l) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos

RENOVOS CONCESSIONÁRIA S.A.

dos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação do balanço. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionado a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outros. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **m) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **n) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas:** A Companhia adotou inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2019, a seguinte norma:

• **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Iseções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. O impacto da aplicação do CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial foi concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como na substituição da despesa linear de arrendamento operacional por um custo de amortização linear de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) inicialmente usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da CPC 06 foi reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. O efeito da adoção inicial do CPC 06 foi de R\$ 215 na rubrica Arrendamento mercantil, no passivo, sendo R\$ 141 no circulante e R\$ 74 no não circulante, tendo como contrapartida a rubrica Direito de uso em arrendamento no ativo imobilizado. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 13. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. • **ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro:** Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre a Renda, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais. **o) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Definição de um negócio (alterações ao CPC 15). - Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23). **3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 23 de março de 2020, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota
8b Impostos diferidos
12 Amortização dos ativos intangíveis
15 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários
19 Instrumentos financeiros
4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • **Caixas e bancos:** Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • **Aplicações financeiras:** O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • **Passivos financeiros não derivativos:** O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). **5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) CDI relativo às debêntures e aplicações financeiras. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 14 e 19. As tarifas da concessão da Companhia são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. A Administração avalia que a Companhia e suas investidas gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Debêntures (a)	25.621	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	192	-
Fornecedores e outras contas a pagar	6.247	85
(a) Valores brutos dos custos de transação. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 9.293 (em 2018 capital circulante líquido negativo de R\$ 44.460) substancialmente composto por debêntures e impostos a pagar. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.		
6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	2019	2018
Caixa e bancos	3.207	2.845
Aplicações financeiras	-	-
	3.207	2.845
	2019	2018
Aplicações financeiras	31.724	16.326
Fundos de investimentos	31.724	16.326

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 91,54% do CDI, equivalente a 5,43% ao ano (98,28% do CDI, equivalente a 6,28% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2018).

	2019	2018
7. Contas a Receber	2019	2018
Pedágio eletrônico (a)	22.684	21.156
Receitas acessórias (b)	506	459
	23.190	21.615
	(34)	(31)
	23.156	21.584

Provisão para perda esperada - contas a receber (c)

	2019	2018
Idade de vencimento dos títulos	2019	2018
Créditos a vencer	23.079	20.181
Créditos vencidos até 60 dias	68	1.403
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	9	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	9	16
Créditos vencidos há mais de 181 dias	25	15
	23.190	21.615

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e (c) A Provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	242.619	226.874
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(82.490)	(77.137)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivos relativos ao imposto de renda	2.073	2.706
Despesas indedutíveis	(555)	(720)
Outros ajustes tributários	77	(5)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(103)	(72)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(80.998)	(75.228)
Impostos correntes	(92.373)	(78.974)
Impostos diferidos	11.375	3.746
	(80.998)	(75.228)
	33%	33%

Alíquota efetiva de impostos

b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2019	Ativo fiscal	Passivo fiscal
	Reconhecido no resultado	Valor líquido diferido	fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	806	24	830
Provisão para perda esperada - contas a receber	11	1	12
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	1.114	647	1.761
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(26.979)	10.702	(16.277)
Arrendamento Mercantil - CPC 06	-	1	1
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(25.048)	11.375	(13.673)
Compensação de imposto	-	-	(9.762)
Imposto líquido ativo (passivo)	(25.048)	11.375	(13.673)

	2018	Ativo fiscal	Passivo fiscal
	Reconhecido no resultado	Valor líquido diferido	fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	784	22	806
Provisão para perda esperada - contas a receber	16	(5)	11
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	1.104	10	1.114
Constituição da Provisão de manutenção	2.930	(2.930)	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(33.628)	6.649	(26.979)
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(28.794)	3.746	(25.048)
Compensação de imposto	-	-	(7.957)
Imposto líquido ativo (passivo)	(28.794)	3.746	(25.048)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)	Extensão do prazo da concessão (2)	Total
	2019	2018	2019
Circulante	233	233	15.439
	233	233	15.439
	233	233	15.672
	233	233	15.672

	Início da concessão (1)	Extensão do prazo da concessão (2)	Total
	2019	2018	2019
Não Circulante	330	563	21.872
	330	563	37.312
	330	563	22.202
	330	563	37.875

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 15.439 (R\$ 11.579 no exercício de 2018). (1) A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamento ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados foram ativadas e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão. (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido, sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi ativado durante o prazo original da concessão e está sendo apropriado ao resultado no período de extensão.

10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações	Saldos
	2019	2019
		Passivo
Despesas/custos com serviços prestados	Receitas brutas	Fornecedores e contas a pagar
Controladora em conjunto	2.115 (a)	-
CCR	-	169 (a)
Outras partes relacionadas		
CPC	290 (b)	-
Samm	101 (e)	675 (d)
Total, 31 de dezembro de 2019	2.506	675
	2018	Saldos
		2018
		Passivo
Despesas/custos com serviços prestados	Receitas brutas	Fornecedores e contas a pagar
Controladora em conjunto	2.062 (a)	-
CCR	-	164 (a)
Outras partes relacionadas		
CPC	279 (b)	-
MSVias	-	22 (b)
Samm	94 (e)	628 (d)
Total, 31 de dezembro de 2018	2.435	628

Despesas com profissionais chave da administração

	2019	2018
Remuneração (f):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	541	923
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	-	-
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	476	459
Reversão/Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	(64)	(168)
Previdência privada	25	45
Seguro de vida	2	2
	980	1.261

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2019	2018
Remuneração dos administradores (f)	476	550

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 23 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.300, a qual não incluiu os encargos sociais. Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros acima: (a) Contrato de prestação de serviços de

continua

11. Ativo imobilizado

Valor de custo	2018		2019		Outros (b)	Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rências (a)		
Móveis e utensílios	1.218	-	(10)	163	-	1.371
Máquinas e equipamentos	17.707	-	(68)	768	(101)	18.306
Veículos	5.640	-	(50)	370	-	5.960
Instalações e edificações	598	-	-	-	-	598
Equipamentos operacionais	38.487	-	(109)	1.887	(19)	40.246
Imobilizações em andamento	170	4.763	-	(2.834)	-	2.099
Total custo	63.820	4.763	(237)	354	(120)	68.580

Valor de depreciação

Valor de custo	2017		2018		Outros (b)	Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rências (a)		
Móveis e utensílios	18	(872)	(122)	9	(2)	(987)
Máquinas e equipamentos	24	(11.071)	(2.348)	56	(42)	(13.405)
Veículos	35	(5.021)	(361)	50	-	(5.332)
Instalações e edificações	10	(507)	(47)	-	-	(554)
Equipamentos operacionais	27	(29.431)	(3.934)	38	(4)	(33.331)
Total depreciação	(46.902)	(6.812)	153	(48)	-	(53.609)
Total geral	16.918	(2.049)	(84)	306	(120)	14.971

Valor de depreciação

Valor de custo	2017		2018		Outros (b)	Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rências (a)		
Móveis e utensílios	1.156	-	(7)	69	-	1.218
Máquinas e equipamentos	14.556	-	(356)	3.507	-	17.707
Veículos	5.661	-	-	(21)	-	5.640
Instalações e edificações	598	-	-	-	-	598
Equipamentos operacionais	37.492	-	(1.017)	2.012	-	38.487
Imobilizações em andamento	2.015	3.811	-	(5.656)	-	170
Total custo	61.478	3.811	(1.380)	(89)	-	63.820

Valor de depreciação

Móveis e utensílios	10	(771)	(106)	5	-	(872)
Máquinas e equipamentos	10	(9.072)	(2.282)	283	-	(11.071)
Veículos	33	(5.779)	(538)	-	1.296	(5.021)
Instalações e edificações	22	(459)	(48)	-	-	(507)
Equipamentos operacionais	11	(25.064)	(4.102)	1.006	(1.271)	(29.431)
Total depreciação	(41.145)	(7.076)	1.294	25	-	(46.902)
Total geral	20.333	(3.265)	(86)	(64)	-	16.918

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 50 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 103 em 31 de dezembro de 2018). A taxa média de capitalização em 2019 foi de 11,15% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 6,23% a.a. em 2018. 0x(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; (b) O valor de R\$ 120, refere-se ao ressarcimento de sinistro.

12. Intangível

Valor de custo	2018		2019		Outros (b)	Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rências (a)		
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	627.362	-	-	1.011	(74)	628.299
Direitos de uso de sistemas informatizados	13.214	-	(32)	-	-	13.182
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	-	449	-	(286)	-	163
Total custo	640.576	449	(32)	725	(74)	641.644
Intangível em construção	236	1.249	-	(1.075)	-	410
Total custo	640.812	1.698	(32)	(350)	(74)	642.054

Valor de amortização

Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*) (433.052)	(54.047)	-	44	-	(487.055)
Direitos de uso de sistemas informatizados	22	(11.406)	(642)	19	-	(12.029)
Total amortização	(444.458)	(54.689)	19	44	-	(499.084)
Total geral	196.354	(52.991)	(13)	(306)	(74)	142.970

Valor de custo

Valor de custo	2017		2018		Outros (b)	Saldo final
	Saldo inicial	Adoção CPC47	Adições	Transfe-rências (a)		
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	627.058	(1.700)	-	2.345	-	627.703
Direitos de uso de sistemas informatizados	13.155	-	(9)	68	-	13.214
Total custo	640.213	(1.700)	-	2.413	-	640.917
Intangível em construção	-	1.700	520	(2.325)	-	(105)
Total custo	640.213	-	520	(9)	88	640.812

Valor de amortização

Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*) (382.282)	(50.746)	-	(24)	(433.052)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(10.481)	(934)	9	(11.406)
Total amortização	(392.763)	(51.680)	9	(24)	(444.458)
Total geral	247.450	(51.160)	-	64	196.354

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 8 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 76 em 31 de dezembro de 2018). A taxa média de capitalização em 2019 foi de 11,15% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 6,23% a.a. em 2018. (*) Amortização pela curva do benefício econômico. (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; (b) O valor de R\$ 74, refere-se a valores de desapropriações.

13. Arrendamento Mercantil: a. Direito de uso em arrendamento:

Máquinas e equipamentos	2018		2019		Saldo final
	Saldo inicial	Adoção CPC 06	Adições/ Remensuração	Depreciação	
-	112	-	(2)	(70)	40
-	103	-	-	(68)	35
-	215	-	(2)	(138)	75

b. Passivo de arrendamento

Circulante	2018		2019		Transfe-rências final
	Saldo inicial	Adoção CPC 06	Adições/ Remensuração	Reversão do ajuste a valor presente	
-	(141)	2	(8)	144	(74)
-	(74)	-	-	-	74
-	(215)	2	(8)	144	(77)

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 3,66% a.a. para contratos de arrendamentos firmados no Brasil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi reconhecido como custo de aluguel o montante de R\$ 24, decorrente de arrendamentos mercantis não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos incorridos	Saldos a apropriar em 2019	Vencimento final	2018		2019	
						2018	2019	2019	2018
3ª Emissão - Série	-	-	-	-	Junho de 2020	24.941	74.604	24.941	74.604
1. única	121% do CDI	0,5319% (a)	1.186	66		25.007	50.002	25.007	50.002
Circulante						(66)	(330)	(66)	(330)
Debêntures						<u>24.941</u>	<u>49.672</u>		
Custos de transação									
Não Circulante									
Debêntures								- 25.000	
Custos de transação								(68)	
								<u>24.932</u>	

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. **Garantias:** (b) Há previsão de fiança corporativa não solidária da CCR S.A. na proporção de 40% e da Encalco Construções Ltda na proporção de 60%, no caso exclusivo de ocorrência da Condição Suspensiva, ou seja, se ocorrer o advento do termo contratual do Contrato de Concessão, em data anterior à Data de Vencimento, como consequência de decisão judicial transitado em julgado proferida no âmbito de quaisquer das ações especificadas na Escritura, que foram movidas pelo Estado de São Paulo e a Agência de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP") contra a Emissora. Sendo assim, as Debêntures continuarão vigentes até a Data de Vencimento e contarão com Garantia fidejussória adicional representada pela fiança outorgada da CCR S.A. e Encalco Construções S/A. A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. 1. Em 30 de junho de 2017, a Companhia emitiu 100.000 (cem mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, de valor nominal unitário de R\$ 1, sendo o valor total de emissão de R\$ 100.000. A remuneração das debêntures é baseada na variação acumulada de 121,00% do CDI, com vencimento em 30 de junho de 2020 e

RENOVÃO CONCESSIONÁRIA S.A.

os juros remuneratórios pagos semestralmente no dia 30 de cada mês de junho e dezembro até o seu vencimento, sendo o primeiro pagamento em 30 de dezembro de 2017 e a amortização do valor nominal das debêntures ocorrerá em 4 parcelas semestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira parcela paga em 30 de dezembro de 2019 e a última em seu vencimento. As debêntures poderão ter amortização extraordinária parcial facultativa e resgate antecipado total facultativo a qualquer momento mediante pagamento de prêmio descrito na escritura de emissão. Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são: (i) contratação de novas dívidas que levem individualmente ou em conjunto o índice Dívida Líquida / EBITDA Ajustado a um valor superior a 3,5 e (ii) distribuição de dividendos ou de juros sobre capital próprio pela emissora em valor superior ao mínimo legal, caso (i) a emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal ou juros; ou (ii) se a razão entre a Dívida Líquida e EBITDA for superior a 3,5. Não existem cláusulas de repactuação.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Não circulante	2018		2019		Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos		
Cíveis	1.114	2.896	(79)	(1.654)	159	2.436
Trabalhistas e previdenciários	2.162	1.503	(543)	(634)	254	2.742
	<u>3.276</u>	<u>4.399</u>	<u>(622)</u>	<u>(2.288)</u>	<u>413</u>	<u>5.178</u>

A Companhia possui outros processos passivos relativos a questões cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

Cíveis e administrativo					2019	2018
					2.763	2.534
Trabalhistas e previdenciários					413	918
					<u>3.176</u>	<u>3.452</u>

16. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 75.000, composto por 75.000.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 25.000.000 ordinárias e 50.000.000 preferenciais. O capital da Companhia está assim distribuído:

Encalco Construções Ltda.	2019		2018		Ações Ações pre-acionária social	Ações or-dinárias	Ações preferen-ciais	Partici-ção acionária	Capital social	Ordinárias	Ações pre-ferenciais
	Participação	Ações or-dinárias	Ações preferen-ciais	Partici-ção acionária							
Encalco Participações em Concessões S.A.	49,80%	37.350	7.350.000	30.000.001	49,80%	37.350	12.450.000	24.900.000			
Infra SP Participações e Concessões S.A.	40,00%	30.000	10.000.001	19.999.999	40%	30.000	10.000.000	20.000.000			
	<u>100,00%</u>	<u>75.000.000</u>	<u>25.000.000</u>	<u>50.000.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>75.000.000</u>	<u>25.000.000</u>	<u>50.000.000</u>			

b. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Reserva de retenção de lucros:** Constituída em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), conforme proposta da Administração e deliberado em AGO. A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão. **d. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 29 de março de 2019, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos de R\$ 40.000, à conta de dividendos intermediários do exercício de 2018, pagos em 29 de março de 2019. Em 23 de abril de 2019, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos de R\$ 21.646 à conta de dividendo adicional proposto do exercício de 2018, pagos em 26 de abril de 2019. Em 14 de outubro de 2019, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos de R\$ 100.000, à conta de dividendos intermediários do exercício de 2019, pagos em 21 de outubro de 2019. A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 61.621, a serem aprovados na AGO de 2020. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2019, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

Lucro líquido do exercício					2019	2018
(-) Constituição de reserva legal						161.621
Lucro líquido ajustado						<u>161.621</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido						<u>40.405</u>
Dividendos aprovados e pagos						<u>100.000</u>

17. Receitas operacionais

Receitas de pedágio	2019	2018
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	440.069	442.002
Receitas administrativas	1.242	972
Receita de prestação de serviço entre partes relacionadas	-	30
Receitas acessórias	675	628
Receita bruta	24.156	8.938
Impostos sobre receitas	466.142	452.570
Devoluções e abatimentos	(40.121)	(38.596)
Deduções das receitas brutas	(684)	(6.415)
Receita operacional líquida	(40.805)	(45.011)
	<u>425.337</u>	<u>407.559</u>

18. Resultado financeiro

Receitas de pedágio	440.069	442.002
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	1.242	972
Receitas administrativas	-	30
Receita de prestação de serviço entre partes relacionadas	675	628
Receitas acessórias	24.156	8.938
Receita bruta	466.142	452.570
Impostos sobre receitas	(40.121)	(38.596)
Devoluções e abatimentos	(684)	(6.415)
Deduções das receitas brutas	(40.805)	(45.011)
Receita operacional líquida	425.337	407.559

Despesas Financeiras

Juros sobre debêntures	(4.834)	(8.211)
Juros sobre impostos parcelados	(105)	(133)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	(172)
Capitalização de custos de empréstimos	58	179
Ajuste a valor presente e variação - Arrendamento mercantil	(8)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(756)	(460)
	<u>(5.645)</u>	<u>(8.797)</u>

Receitas Financeiras

Rendimento sobre aplicação financeira	2.053	1.824
Juros e outras receitas financeiras	74	248
	<u>2.127</u>	<u>2.072</u>
	<u>(3.518)</u>	<u>(6.725)</u>

Resultado financeiro líquido

19. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora em conjunto possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir: **Instrumentos financeiros por categoria:**

Ativos	2019		2018		Passivo financeiro	Passivo financeiro
	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado		
Ativos						
Caixa e Bancos	3.207	-	-	2.845	-	-
Aplicações financeiras	31.724	-	-	16.326	-	-
Contas a receber	-	23.156	-	-	21.584	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	(24.941)	-	-	-	(74.604)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(5.513)	-	-	(6.518)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(192)	-	-	(187)

	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	25.007	25.114	75.002	75.999

(a) Os valores contábeis estão brutos do custo de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de Valor Justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI). **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

Nível 2:	2019	2018
Aplicações financeiras	31.724	16.326

• Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2020 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até em R\$ ⁽⁴⁾ (6)	Feito em R\$ no resultado			
			Exposição provável	cenário A 25%	cenário B 50%	
Debêntures - 3ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Junho de 2020	25.007	(644)	(803)	(962)
Aplicação Financeira (Itaú Corp DI) ⁽³⁾	CDI ⁽²⁾		31.724	1.354	1.693	2.031
Total do efeito de ganho ou (perda)				710	890	1.069

As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:

	CDI ⁽²⁾	4,40%	5,50%	6,60%
--	--------------------	-------	-------	-------

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2019, divulgada pela B3; (3) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto na caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada; (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2019, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão: a) Outorga variável: Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita bruta mensal. No decorrer do exercício de 2019, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 13.954 através de encontro de contas financeiras (R\$ 13.554 no exercício de 2018).

21. Demonstração do fluxo de caixa: a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Renovias Concessionária S.A. Mogi Mirim - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Renovias Concessionária S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Renovias Concessionária S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Contingências passivas:** Veja as Notas explicativas 2(h) e 15 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria: A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e previdenciária decorrentes do curso normal de suas atividades. As estimativas de desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades nos âmbitos cíveis, trabalhistas e tributárias, face ao elevado grau de complexidade de algumas leis e regulamentos no Brasil, podem impactar significativamente o montante reconhecido e divulgado nas demonstrações financeiras. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às provisões e passivos contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Avaliamos a suficiência das provisões para contingências reconhecidas e dos valores das contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração da Companhia, considerando ainda a avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos. Efetuamos o envio de cartas de confirmação de posição de contingências aos advogados externos na data-base de 31 de dezembro de 2019 e realizamos o confronto entre os relatórios de contingências preparado pela Companhia e as respostas das cartas de confirmação. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados ou divulgados relativos às principais contingências que a Companhia está envolvida. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os saldos relacionados às contingências passivas, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse

b. Reconciliação das Atividades de Financiamento:

	Dividendos		Arrendamento		Total
	Debêntures	a pagar	mercantil		
Saldo Inicial	(74.604)	-	-	(74.604)	
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento					
Pagamentos de principal e juros	54.497	-	144	54.641	
Dividendos pagos	-	161.646	-	161.646	
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	54.497	161.646	144	216.287	
Outras variações					
Despesas com juros e variação monetária	(4.834)	-	-	(4.834)	
Adoção inicial da CPC 06	-	-	(215)	(215)	
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	(8)	(8)	
Outras variações que não afetam caixa	-	(161.646)	2	(161.644)	
Total das outras variações	(4.834)	(161.646)	(221)	(166.701)	
Saldo Final	(24.941)	-	(77)	(25.018)	

22. Evento subsequente: • Coronavírus: Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada, podendo ser possível o reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável nos ativos da Companhia, principalmente, relacionado a realização de contas a receber e recuperabilidade do ativo intangível. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da Companhia. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a controlada em conjunto da Companhia "CCR" instalou "comitê de crise", o qual está tomando as medidas possíveis, diante dos eventos que estão ocorrendo. Este comitê verificou nos últimos dias, que o impacto ao tráfego nas concessões de rodovias tem sido ainda limitado, com redução dos veículos leves, possivelmente por conta do tráfego pendular impactado por medidas de home office, mas por outro lado com certo aumento nos veículos pesados, uma vez que não houve nenhuma medida ligada à restrição de mobilidade de carga.

Composição do Conselho da Administração

Anwar Damha	Presidente
Marco Aurélio Eugênio Damha	Membro Titular
Mário Múcio Eugênio Damha	Membro Titular
Ana Luiza Borges Martins	Membro Titular
Fábio Russo Corrêa	Membro Titular
Paulo Yukio Fukuzaki	Membro Suplente
Maria Beatriz Eugênio Damha Ajimasto	Membro Suplente
Maria Mônica Damha Athia	Membro Suplente
Maria Estella Eugênio Damha	Membro Suplente
Rodrigo Siqueira Abdala	Membro Suplente

Composição da Diretoria

Rogério Cezar Bahú	Diretor Presidente
Mário Múcio Eugênio Damha	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva	CRC 1SP129452/O-3
------------------------	-------------------

fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2020